



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
NÚCLEO DE CADASTRO - NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/PA

Decisão nº 35877248/2024-NUCAD/DELEMIG/DREX/SR/PF/PA

Processo: 08360.004072/2021-81

Assunto: **Defesa de FRANCISCO MENDEZ PARDO**

Trata-se de defesa tempestivamente apresentada por **FRANCISCO MENDEZ PARDO**, nacional da Espanha, em face do Auto de Infração e Notificação nº 0523_00016_2021, que lhe impôs uma multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil), pela infração prevista no art. 109, inciso II da Lei nº 13.445/17, em razão de ter ultrapassado em 60 dias o prazo de estada legal no país.

O Decreto 9199/17, que regulamenta a Lei de Migração, estabelece em seu art. 309, § 4º, o prazo de 10 (dez) dias para que o autuado apresente defesa contra o auto de infração, a contar da data da lavratura. O auto em questão foi lavrado no dia 24 de junho de 2021, já a defesa apresentada em 02 de julho de 2021.

O estrangeiro ingressou no Brasil em 14/09/2020, com prazo de estada inicial de 62 dias, o qual findou em 15/11/2020, tendo obtido renovação até 15/05/2021, com base no art. 4º da Portaria nº. 21- DIREX/PF DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021.

No documento de defesa, o interessado aduz que não conseguiu se regularizar dentro do prazo permitido em virtude das excepcionais dificuldades causadas pela PANDEMIA DE COVID.

Em sua defesa o estrangeiro menciona, a PORTARIA 21 - DIREX/PF DE 02 DE FEVEREIRO DE 2021, entretanto há orientação explícita para os estrangeiros, com visto de turista, os quais não estavam conseguindo sair do território nacional, conforme o art. 4º da supracitada legislação:

Art. 4º Em caso de impossibilidade de saída do Brasil dentro do prazo de estada concedido em razão de restrições impostas por terceiro país, o visitante poderá solicitar, justificadamente, a prorrogação extraordinária da data de sua saída, ainda que extrapole os limites do ano migratório.

Parágrafo único. A decisão deverá ser apresentada ao controle migratório.

Salientamos que a prorrogação extraordinária foi concedida pelo prazo de 180 dias, conforme registro banco de dados do STI-WEB. Outrossim, informamos que o estrangeiro solicitou regularização migratória apenas em 14 de julho de 2021, o que ensejou o auto de infração, objeto do pedido.

Diante do exposto, o Auto de Infração e Notificação nº 0523_00016_2021 está em conformidade com o que dispõe os parágrafos 1º, 2º e 3º do Art. 309, do Decreto 9.199/2017 e o princípio da legalidade (Art. 2º, "caput", Lei 9.784/99) razão pela qual INDEFERE-SE o pedido, objeto da Defesa.

1. Destarte, fica o(a) Recorrente devidamente notificado do inteiro teor desta decisão, podendo apresentar recurso a instância superior, no prazo de **10 (dez) dias corridos**, em conformidade com o que determina o **Art. 110, "caput", da Lei 13.445/2017 c/c Art. 309, § 8º, do Decreto 9.199/2017 c/c Art. 59 da Lei 9.784/99.**

Alessandra Pedreira
AADM 19789



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRA CAVALCANTE PEDREIRA, Agente Administrativo(a)**, em 25/06/2024, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35877248&crc=EF264EDB.

Código verificador: **35877248** e Código CRC: **EF264EDB**.

Referência: Processo nº 08360.004072/2021-81

SEI nº 35877248